JUSTUTOR

Questão Discursiva 05121

Um grande contingente da população brasileira é portador de algum tipo de deficiência física. Na tentativa de integrar essa parcela da população, a Teoria Constitucional tem ampliado o sentido da Igualdade Liberal, do século XVIII, integrando diversos grupos sociais em políticas públicas conhecidas como Discriminação Positiva. Um dos pontos chaves das políticas públicas, destinadas aos portadores de deficiência física, é garantir-lhes acessibilidade para que possam sair de suas casas e serem produtivos, tanto para si quanto para a sociedade. Nesse sentido, a Constituição Brasileira de 1988 alberga um conjunto de ações afirmativas que, longe de serem paternalistas, estão em sintonia com a necessidade de construção de uma sociedade livre, justa e solidária (art. 3º, I, CRFB/88).

a) Diante desse contexto, explique a dimensão teórica em que se insere o Princípio constitucional da Isonomia, nos tempos atuais, e indique duas ações afirmativas que dão vazão à necessidade de inclusão social dos portadores de deficiência física, localizando-as no texto constitucional brasileiro de 1988.

b) No caso de edifício público, pertencente a uma das Secretarias Municipais, que não tenha rampas de acesso ao cadeirante, explique o remédio constitucional a ser interposto, judicialmente, para garantir acesso do deficiente ao prédio público, bem como o órgão judicial competente para processar e julgar a ação e a razão da escolha de tal remédio.